



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: EM EXERCÍCIOS COM GABARITO ANOTADO

1ª Edição



Em parceria com



Editora Totus/VP Concursos

Editora Totus

SHCGN 708/709 Bloco A Entrada 9 2º Pav. Parte 3
CEP 70.741-610 BRASÍLIA-DF Fone: (61) 3962-3023
www.editoratotus.com.br
editoratotus@gmail.com

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, seja eletrônico, mecânico, fotográfico, fonográfico ou outros.
Todos os direitos estão reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Editora Totus / Concursos

Apresentação

Esta obra tem como público-alvo as pessoas interessadas em ingressar nos quadros do Conselho Nacional de Justiça. O estudo de qualquer regimento é tarefa um tanto árdua e normalmente leva preocupação a quem precisa enfrentá-la. O objetivo deste livro é tornar essa tarefa mais fácil. Nesse sentido, são propostos inúmeros exercícios (520), de sorte a proporcionar ao estudante um contato permanente e sistemático com os dispositivos regimentais.

Na primeira parte do material, apresentamos as questões. Na segunda parte, apresentamos as questões com os gabaritos anotados. Fizemos assim para facilitar o estudo daqueles que utilizarão dispositivos eletrônicos no estudo. Apresentamos todos os dispositivos (artigos, incisos, alíneas, parágrafos) transformados em questões de “certo” ou “errado”, de modo a estimular a memorização de todo o conteúdo do Regimento Interno. Essas questões possuem gabaritos comentados de forma objetiva, apontando, inclusive, o dispositivo regimental correspondente. A intenção é promover um treino exaustivo, com a finalidade de memorização dos dispositivos regimentais, uma vez que a interpretação literal é a base para outras interpretações.

Uma metodologia de estudo que recomendamos é a seguinte. Leia o Regimento pelo menos três vezes até a data da prova. Se você estiver envolvido com os estudos em tempo integral, leia-o uma vez por semana. Depois da segunda leitura, faça as questões deste material. Em seguida, repita o processo tantas vezes quantas forem possíveis. Uma outra estratégia possível é utilizar o material para monitorar a memorização do Regimento. Assim, depois de uma primeira leitura, você poderia resolver as questões 1, 11, 21, 31, 41 etc, o que somariam 52 questões bem distribuídas ao longo de todo o Regimento. Depois de uma segunda leitura, seriam resolvidas as questões 2, 12, 22, 32, 42 etc. E assim por diante. Então a cada nova leitura do Regimento, você poderá monitorar a sua memorização.

No que diz respeito ao conteúdo e ao tipo de redação, as questões foram concebidas tentando seguir a linha do Cespe. Não obstante, não podemos, é claro, garantir que nossos posicionamentos serão os mesmos adotados pela banca. Dessa forma, convidamos o leitor ao exercício ativo da crítica em relação ao gabarito apresentado, de sorte a evitar surpresas no momento do certame e a fortalecer o aprendizado.

Não foram medidos esforços na elaboração de um produto de qualidade. Apesar disso, sobretudo numa obra de tal complexidade, erros poderão ser observados. Pedimos, desde logo, excusas por falhas eventualmente encontradas e agradecemos àqueles que se dispuserem a apontar sugestões para melhorar o trabalho.

Observações

- Nos gabaritos, em geral, quando não se menciona a norma a que pertence um dispositivo, ele faz parte do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.
- Algumas das principais siglas utilizadas:

CF	Constituição Federal
LC	Lei complementar
RICNJ	Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça
CNJ	Conselho Nacional de Justiça

Editora Totus/VP Concursos

Sumário

Parte 1 - Questões.....	11
Parte 2 - Questões com Gabaritos.....	61

Editora Totus/VP Concursos

PARTE 1 – QUESTÕES

REGIMENTO INTERNO DO CNJ

(Emenda Regimental nº 1, de 9 de março de 2010, que alterou o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - Publicado no DJ-e, nº 60/2010, de 5 de abril de 2010, p. 2-6.)

TÍTULO I

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- () 1. O CNJ não é órgão do Poder Judiciário.
- () 2. Nos termos da Constituição Federal, o CNJ compõe-se de treze membros.
- () 3. As Turmas integram o CNJ.
- () 4. O Plenário e a Presidência são estruturas integrantes do CNJ.
- () 5. A Corregedoria Federal de Justiça integra o CNJ.
- () 6. Os Conselheiros integram o CNJ.
- () 7. As Comissões integram o CNJ.
- () 8. A Secretaria-Geral não integra o CNJ.
- () 9. Não integra o CNJ o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ.
- () 10. Integram o CNJ o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF.
- () 11. A ouvidoria não integra o CNJ.

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- () 12. O Plenário é o órgão máximo do CNJ e é constituído por todos os Conselheiros empossados.
- () 13. É válida uma reunião do Plenário realizada com a presença de nove Conselheiros.
- () 14. O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB oficiam perante o Plenário, mas não podem usar da palavra.

Seção II

DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

- () 15. É competência do CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- () 16. Não compete ao Plenário do CNJ verificar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, pois essa competência é da Corregedoria Nacional de Justiça.
- () 17. Compete ao Plenário do CNJ zelar pela autonomia do Poder Judiciário, inclusive da Justiça Federal, e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura. Entretanto, não detém competência para expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência, nem tampouco recomendar providências.
- () 18. As competências dos tribunais de contas estaduais ficam afastadas quando o CNJ aprecia, mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos da Justiça Estadual..
- () 19. Não compete ao CNJ receber reclamações contra prestadores de serviços notariais por delegação do poder público.
- () 20. A competência correicional e disciplinar é concorrente entre os Tribunais e o CNJ quanto a atos de membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive dos serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

PARTE 2 – QUESTÕES COM GABARITOS

TÍTULO I

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O CNJ não é órgão do Poder Judiciário.

Gabarito: E. O CNJ é órgão do Poder Judiciário. Art. 1º e CF, art. 92, I-A.

2. Nos termos da Constituição Federal, o CNJ compõe-se de treze membros.

Gabarito: E. São quinze membros. Art. 1º e CF, art. 103-B.

3. As Turmas integram o CNJ.

Gabarito: E. Não há Turmas no CNJ. Art. 2º.

4. O Plenário e a Presidência são estruturas integrantes do CNJ.

Gabarito: C. Art. 2º, I e II.

5. A Corregedoria Federal de Justiça integra o CNJ.

Gabarito: E. O correto é Corregedoria Nacional de Justiça. Art. 2º, III.

6. Os Conselheiros integram o CNJ.

Gabarito: C. Art. 2º, IV.

7. As Comissões integram o CNJ.

Gabarito: C. Art. 2º, V.

8. A Secretaria-Geral não integra o CNJ.

Gabarito: E. A Secretaria-Geral integra o CNJ. Art. 2º, VI.

9. Não integra o CNJ o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ.

Gabarito: E. O DPJ integra o CNJ. Art. 2º, VII.

10. Integram o CNJ o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF.

Gabarito: C. Art. 2º, VIII.

11. A ouvidoria não integra o CNJ.

Gabarito: E. A ouvidoria integra o CNJ. Art. 2º, IX.

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. O Plenário é o órgão máximo do CNJ e é constituído por todos os Conselheiros empossados.

Gabarito: C. Art. 3º.

13. É válida uma reunião do Plenário realizada com a presença de nove Conselheiros.

Gabarito: E. O número de conselheiros que devem estar obrigatoriamente presentes para que a reunião do Plenário seja válida é dez. Art. 3º.

14. O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB oficiam perante o Plenário, mas não podem usar da palavra.

Gabarito: E. O Procurador-Geral da República e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB oficiam perante o Plenário, inclusive com a possibilidade de uso da palavra.

Seção II

DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

15. É competência do CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário

Gabarito: C. Art. 4º.

16. Não compete ao Plenário do CNJ verificar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, pois essa competência é da Corregedoria Nacional de Justiça.

Gabarito: E. Também é competência do Plenário do CNJ verificar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. Art. 4º.

17. Compete ao Plenário do CNJ zelar pela autonomia do Poder Judiciário, inclusive da Justiça Federal, e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura. Entretanto, não detém competência para expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência, nem tampouco recomendar providências.

Gabarito: E. Obviamente, como ocorre com todo órgão que exerce controle, o CNJ pode expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência e também recomendar providências. Art. 4º, I.

18. As competências dos tribunais de contas estaduais ficam afastadas quando o CNJ aprecia, mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos da Justiça Estadual..

Gabarito: E. A fiscalização efetuada pelos Tribunais de Contas (TCU ou tribunais estaduais) não afasta nem é afastada pela atuação do CNJ. Art. 4º, II.

19. Não compete ao CNJ receber reclamações contra prestadores de serviços notariais por delegação do poder público.

Gabarito: E. Não importa a natureza do serviço notarial ou de registro, se prestado por delegação do poder público ou se oficializado, o CNJ será sempre competente para fiscalizar. Art. 4º, III.

20. A competência correicional e disciplinar é concorrente entre os Tribunais e o CNJ quanto a atos de membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive dos serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

Gabarito: C. Art. 4º, III.

Editora Totus/VP Concursos

Sites e Serviços

Editora Totus

<http://www.editoratotus.com.br>

Editora voltada para o segmento dos concursos públicos. Esta obra e as demais obras da editora podem ser adquiridas pelo *site*.

VP Concursos – Consultoria e Coaching

<http://www.vpconcursos.com.br>

Serviço de consultoria e *coaching* para aprovação em concursos públicos.

Associação Nacional dos Concurseiros – Andacon

<http://www.andacon.org.br>

Entidade sem fins lucrativos que reúne concurseiros de todo o país e que tem por objetivo promover o concurso público como o mecanismo mais democrático e republicano de acesso aos cargos públicos.

Blog do Guto Bello

<http://gutobello.blogspot.com.br>

Blog mantido por Guto Bello. Apresenta dicas para concursos públicos, simulados virtuais gratuitos, análise de editais etc.

Só Recursos

<http://www.sorecursos.com.br>

Site especializado no serviço de elaboração e auxílio para elaboração de recursos em concursos públicos.

Concursos & Discursivas

<http://www.discursivas.com>

Serviço com foco no treinamento para provas discursivas.

Editora Totus/VP Concursos

Editora Totus/VP Concursos



Visite nosso *site*: www.editoratotus.com.br.